

LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE CRIMINOLÓGICO-CRÍTICA

Marília Montenegro


Editora Revan

Copyright © 2015 by Editora Revan

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Revisão

Roberto Teixeira

Capa

Sense Design & Comunicação

Impressão e acabamento

(Em papel off-set 75 g. após paginação eletrônica, em tipos Garamond 11/13)
Divisão Gráfica da Editora Revan

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M784L.

Montenegro, Marília

Lei Maria da Penha : uma análise criminológico-crítica / Marília Montenegro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Revan, 2015.

264 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978 85 7106 537-6

1. Brasil. [Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006]. 2. Violência contra as mulheres - Legislação - Brasil. 3. Crime contra as mulheres - Brasil. 4. Violência familiar - Brasil. I. Título.

15-23249

CDU: 347.156(81)

29/05/2015

05/06/2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – <i>VERA ANDRADE</i> – O VOO DA ASA BRANCA ENTRE A TEORIA E A EMPÍRIA: DA VOZ DA LEI SOBRE A MULHER ÀS VOZES DAS MULHERES SOBRE A LEI E A (DES)PROTEÇÃO FEMININA NO SISTEMA PENAL.....	17
PREFÁCIO – <i>LUCLANO OLIVEIRA</i> – MARILIA, KIRCHMANN E A PEDRA NO MEIO DO CAMINHO DE DRUMMOND.....	23
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO I: DA MULHER HONESTA À LEI COM NOME DE MULHER: O LUGAR DO FEMINISMO NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA.....	33
1.1 As duas faces da mulher: uma para o Direito Civil e outra para o Direito Penal.....	33
1.1.1 <i>As Ordenações do Reino.....</i>	38
1.1.2 <i>A mulher no Código Criminal do Império.....</i>	41
1.1.3 <i>A mulher no Código Penal de 1890.....</i>	44
1.1.4 <i>A mulher e o Código Penal atual.....</i>	47
1.1.5 <i>O casamento: a cura de todos os males.....</i>	52
1.2 A categorização das mulheres no Direito Penal em face da Constituição Federal até a lei 11.106/2005.....	53
1.3 O Direito como instrumento para a dominação masculina.....	56
CAPÍTULO II: JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: ENTRE A ALTERNATIVA E A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PENAL.....	61
2.1 Para além da pena privativa de liberdade: o Direito Penal mínimo legitimando o Direito Penal máximo.....	61
2.1.1 <i>A “minimização” do Direito Penal no Brasil.....</i>	67
2.2 O modelo dos Juizados Especiais Criminais e as infrações de menor potencial ofensivo.....	72
2.3 As medidas despenalizadoras: ampliando o Direito Penal mínimo.....	80
2.3.1 <i>A medida denominada Transação Penal.....</i>	82
2.3.2 <i>A suspensão condicional do processo.....</i>	86

2.4 A Conciliação: a esperança de um novo modelo no Direito Brasileiro.....	89
CAPÍTULO III: MARIA DA PENHA: A LEI COM NOME DE MULHER NO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	99
3.1 O feminismo no Brasil e sua relação com o Direito Penal.....	99
3.2 A força simbólica do nome.....	106
3.3 A lei 11.340/2006: em busca da “proteção” punitiva para a mulher.....	113
3.3.1 <i>A mulher e o seu direito de escolha.....</i>	118
3.3.2 <i>Quando a mulher é vítima e o homem agressor.....</i>	120
CAPÍTULO IV: DA CONCILIAÇÃO À PRISÃO PROVISÓRIA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA CIDADE DO RECIFE ANTES E DEPOIS DA LEI 11.340/2006.....	129
4.1 Metodologia e estratégia da pesquisa no Juizado Especial Criminal.....	129
4.1.1 <i>Primeira dificuldade: como selecionar os casos?.....</i>	133
4.1.2 <i>Relatando os casos: o que acontece em uma audiência de conciliação.....</i>	134
4.1.2.1 “Doutor, o problema é quando ele bebe”.....	137
4.1.2.2 “A separação é minha solução”.....	138
4.1.2.3 “Com o teste do DNA eu não sou corno, nem minha mulher rapariga”.....	138
4.1.2.4 “Diga, para o doutor e para a Justiça, que não vai mais fazer isso!”.....	139
4.1.2.5 “Bati sim, mas tive motivo”.....	140
4.1.2.6 Outras classes, os mesmos problemas, outras soluções.....	141
4.1.2.7 “Se ele for preso quem vai pagar a pensão alimentícia dos meus filhos?”.....	142
4.1.2.8 Maria da Penha chegou.....	143
4.1.3 <i>Infrações de menor potencial ofensivo cometidas contra a mulher na cidade do Recife.....</i>	144
4.2 Metodologia e estratégia da pesquisa no Juizado da Mulher na cidade do Recife.....	147
4.2.1 <i>A necessidade da continuação da pesquisa.....</i>	147

4.2.2 <i>Relatando os casos dos crimes de menor potencial ofensivo à luz da lei Maria da Penha</i>	149
4.2.2.1 Invadindo a sala de audiências.....	149
4.2.2.2 Entre a mãe e o ex-companheiro.....	152
4.2.2.3 “A culpa é toda minha”.....	155
4.2.2.4 Sangue do meu sangue.....	158
4.2.2.5 Entre prisões e renovações.....	160
4.2.2.6 Quando a família e os vizinhos não aguentam mais as brigas.....	162
4.2.3 <i>Crimes cometidos contra as mulheres na cidade do Recife após a lei 11.340/2006 (entre março de 2007 e março de 2008)</i>	165
CAPÍTULO V: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (LEI 9.099/95) À LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340/2006)	169
5.1 Entre o diálogo e a punição: o dilema da mulher	169
5.1.1 <i>A violência doméstica contra a mulher e a lei dos Juizados Especiais Criminais</i>	170
5.1.2 <i>A violência doméstica contra a mulher e a lei Maria da Penha</i>	176
5.2 O Direito Penal como resposta à violência doméstica masculina	180
5.3 Para além do Direito Penal	183
5.3.1 <i>A conciliação: erros e acertos</i>	183
5.3.2 <i>A lei Maria da Penha e a dupla vitimização da mulher</i>	187
CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
APÊNDICES	213
A) Entre a “renúncia” e a intervenção penal: uma análise da ação penal no crime de violência doméstica contra a mulher.....	213
B) O movimento social, o efeito simbólico e a estratégia desperdiçada: uma contribuição criminológica ao movimento LGBT a partir da Lei Maria da Penha.....	239